

História e memória de um exílio esquecido: os militares de esquerda brasileiros na Argentina e Uruguai, 1936-1942



Jorge Christian Fernández

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / intbrig@yahoo.com.br

Recibido: diciembre de 2014. Aceptado: febrero de 2015.

Resumen

El objetivo de este artículo consiste en examinar la trayectoria de militares expulsados del ejército brasileiro en sus exilios en Uruguay y Argentina. Herederos de los *tenentes* rebeldes de 1922, y seguidores de Luiz Carlos Prestes, antiguo militar devenido en líder comunista, la formación profesional de estos jóvenes militares estuvo impregnada por la tensa atmosfera político-social de Brasil. Después de la fracasada *Intentona Comunista* de 1935, sus vínculos con la izquierda les llevaron a la cárcel y al exilio, especialmente en Uruguay y Argentina, países que históricamente sirvieron como lugares de refugio y espacio de articulación política para los opositores de países vecinos. Entretanto, en los años 1930, tales actividades políticas se vieron cercenadas, especialmente de grupos izquierdistas, pues ya se articulaban conexiones represivas entre las fuerzas de seguridad regionales para la contención del “bolchevismo”. En términos metodológicos, se utilizaron diversos tipos de fuentes documentales (archivos policiales, periódicos), las cuales se entrecruzaron con los testimonios orales legados por los últimos protagonistas sobrevivientes, posibilitando la construcción de una narrativa histórica más densa.

Palabras clave

Militares
Exilio
Cono Sur
Comunistas

History and memory of a forgotten exile: the Brazilian military leftists in Argentina and Uruguay, 1936-1942

Abstract

The aim of this paper is to study the trajectory of former military expelled from Brazilian Army in their exile in Uruguay and Argentina. Heirs of the rebel generation

Key words

Military
Exile
Southern Cone
Communists

* Una versión previa de este texto fue discutida en el Simposio “Democracia e Legado Autoritário na América Latina: exílio, militância, sociedade e justiça de transição”, IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos. *América Latina: lutas, experiências e debates por uma integração dos povos*, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu/Brasil, 27 a 29 de novembro de 2014.

of 1922, and followers of Luiz Carlos Prestes, also former military who became communist leader, these young soldiers were impregnated by the tense political and social atmosphere of the country. After the failed Communist Putsch of 1935, their links to the left led them to prison and exile, especially in Uruguay and Argentina, countries that historically served as places of refuge and political articulation space for opponents of neighboring countries. Meanwhile, in the 1930s, such political activities were curtailed, especially those from leftist groups, as repressive connections between regional security forces to contain the “Bolshevism” already articulated. In methodological terms, various types of documentary sources (police records, newspapers) were used, which were intertwined with oral testimonies left by the last surviving protagonists, allowing the construction of a denser historical narrative.

Introdução

Desde o final do século XIX, os militares brasileiros passaram a intervir intensamente, enquanto sujeitos políticos, na ordem político-institucional do país: a própria República brasileira havia surgido de um movimento castrense, em 1889. Desde então, os militares tem atuado como *poder moderador*, função outrora exercida pelo Imperador e, nesse papel, incumbidos a si próprios à tarefa de “retificar os rumos da nação” perante os “desvios” levados a cabo pelas autoridades de plantão.

Assim, rebeliões e insubordinações de uniformados passariam a se tornar um fato corriqueiro, especialmente as surgidas do baixo oficialato, os *tenentes*¹. Estes representavam uma significativa parcela dos jovens oficiais das Forças Armadas que, desde 1922, questionavam *manu militari*, os governos oligárquicos. Inicialmente, as suas críticas partiam de uma perspectiva ético-moralista e sua oposição era unilateral e autônoma, ou seja, o movimento era militarista. Porém, a partir das marchas efetuadas em 1927, pelas colunas rebeldes chefiadas por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes, o tenentismo começou a revelar uma face mais politizada ao entrar em contato direto com a realidade da sociedade brasileira.² No entanto, o grupo tenentista carecia de clareza e unidade de ação, bem como uma definição nos seus objetivos políticos. Podemos dizer também que os *tenentes* eram carentes de uma orientação ideológica mais acurada, tendo sua “rebelia” sido cooptada e instrumentalizada pela burguesia e as oligarquias periféricas dissidentes que tomaram as rédeas do processo “revolucionário” que, em outubro de 1930, derrubou a República Velha.

Segundo Rouquié³, após a “Revolução” de 1930 e no período que se estende até 1946, os militares se tornaram um autêntico “poder acima do poder”, cuja anuência e força eram imprescindíveis para se levar adiante qualquer projeto político. Isso significa que, distantes de ser homogêneos, os militares se constituíam em facções e cuja condição profissional os colocava como “braços armados” (e, como tal, extremamente disputados) das diversas correntes políticas, fossem elas conservadoras, reformistas ou revolucionárias.

Além disso, o ambiente político-ideológico polarizado da década de 1930 também impregnou os militares, especialmente os mais jovens, contribuindo a cindir ainda mais a caserna. Alguns deles assumiram posições à direita, apoiando a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), um partido de nítida inspiração fascista. Já outro grupo passava a assumir uma posição à esquerda, dentro dos preceitos do marxismo, fruto de uma aproximação efetiva com os comunistas, a partir da aceitação de Luiz Carlos Prestes pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴. Cabe destacar que o prestígio nacional de Prestes foi o que “arregimentou” para o minúsculo PCB um expressivo número de militares (jovens tenentes e capitães, em geral), o que significou um gradativo processo de militarização do partido.

1. Para uma discussão a respeito do tenentismo da primeira fase (1922-1926) é recomendada a leitura de: José A. Drummond. 1986. *O Movimento Tenentista: A Intervenção Política dos Oficiais Jovens 1922-1935*. Rio de Janeiro: Graal, Rio de Janeiro.

2. Nesta etapa ocorreu uma primeira tentativa de aproximação entre os tenentes e os comunistas, que buscavam captar as simpatias dos “rebeldes pequeno-burgueses”. Alguns dos dirigentes comunistas buscavam uma aproximação com a figura lendária do “Cavaleiro da Esperança” desde 1927, mas devido ao conflito entre as visões sectárias de alguns dirigentes (da corrente *obreirista*, que não aceitavam Prestes pela origem “pequeno-burguesa”) e as diretrizes teóricas emanadas pela III Internacional, o partido somente aceitou a sua inscrição em 1934.

3. Alain Rouquié. 1984. *El Estado Militar en América Latina*. Buenos Aires: Emecé, pág. 310-311.

4. Já em 1927, o comunista Octávio Brandão preconizava o momento em os rebeldes de Prestes se uniriam a causa do proletariado. Ver: João Quartim de Moraes. 1994. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comunidade*. São Paulo: Siciliano, pág. 34-35. O *brasilianist* Dulles (John W. F. Dulles. 1977. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 417-418) destacou o início da influência do PCB no meio militar com a nomeação do ex-sargento Antônio Maciel Bomfim, o “Miranda”, como secretário-geral do partido, em junho de 1934.

Nesse ínterim, a tolerância e a simpatia por parte de elementos do governo getulista com o integralismo, associado ao rápido crescimento da AIB entre a pequena burguesia levou à organização e reação por parte dos setores que se opunham à expansão do fascismo.

Assim, em 30 de março de 1935, foi criada no Brasil, no espírito das Frentes Populares antifascistas da Europa, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) com o apoio do PCB. Dada à situação brasileira, podemos dizer que ANL possuía um alcance social abrangente, independente de opções políticas ou mesmo de origens de classe, visto que propugnava um programa reformista, de cunho nacionalista e anti-imperialista. A presença de militares era significativa na organização: dos doze membros fundadores, seis eram militares, antigos *tenentes*, os quais aclamaram, como presidente-de-honra, o “general” Luiz Carlos Prestes.

No entanto, a mistura de *bolchevismo* com *tenentismo* não poderia ser mais explosiva. Em vez da ANL repudiar as medidas arbitrárias do governo Vargas, que o encaminhavam em um sentido autoritário (por exemplo, a Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935), defendendo a manutenção do Estado democrático de Direito, o núcleo *prestista* lançou um manifesto no qual evocava a epopéia tenentista como “revolucionária”, denunciando o imperialismo, o fascismo e conclamava o povo à insurreição⁵.

Tal manifesto deu a Vargas o pretexto desejado para enquadrar a ANL na Lei de Segurança Nacional e torná-la ilegal. A organização se esvaziou de membros “não comunistas” e “civis”, e o movimento antifascista experimentou um refluxo considerável. Porém, se fortaleceram os vínculos da ANL com o PCB, o qual passou praticamente a dominar a organização. Os comunistas fizeram uma particular leitura da realidade brasileira, superestimando a atuação e influência da ANL nas camadas populares e considerando o momento como “pré-revolucionário”. Deste modo, Prestes⁶ e o “setor militar” do PCB e da ANL se lançaram em uma aventura insurrecional com o apoio da III Internacional em Moscou, a qual, evidentemente mal informada da situação brasileira, aceitou como verídicas as informações transmitidas desde o Brasil⁷.

Tal movimento passou para a História como “Intentona Comunista”. Entretanto, consideramos que os levantes de Novembro de 1935 se inserem muito mais na tradição insurgente dos *tenentes*, mesmo que tardia e com um posicionamento ideológico mais definido, do que numa manobra “teleguiada” desde Moscou. Cabe lembrar que o “assalto ao poder” por parte de setores das forças armadas (apoiadas ou não por civis) era um dado objetivo da realidade nacional. Portanto, esse episódio nos indica um ponto de radicalização e ruptura, por parte de um setor do Exército alinhado com Prestes para derrubar Getúlio Vargas. O fracasso do movimento levou quase todos os militares envolvidos com a ANL ou o PCB para a prisão, enquadrados na nova Lei de Segurança Nacional, com exceção de uns poucos que conseguiram escapar.

A Repressão e o Cárcere

O ano de 1936 iniciou-se com uma temporada de “caça aos comunistas”. A repressão atingiu, além dos militares aliancistas ou comunistas, operários, professores, médicos e até políticos proeminentes. O levante servira a Getúlio como justificativa para legitimar uma onda repressiva que se estendeu não somente aos envolvidos no levante, mas, posteriormente, também aos opositores “pacíficos”. Firmemente decidido a eliminar todos os seus opositores, Vargas declarou o estado de guerra em março⁸, o primeiro episódio da “fascistização” do regime. Ou seja, depois da *debacle* comunista, viria o ajuste de contas com as dissidências oligárquicas estaduais.

5. João Quartim de Morães. 1994. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, pág. 163.

6. A esta altura Prestes já era membro do Comitê Central da III Internacional e, portanto, estava atrelado a uma cadeia de comando com sede em Moscou. As informações otimistas a respeito da situação brasileira dadas a III Internacional foram transmitidas por dirigentes do PCB em visita à Moscou: Antonio Maciel Bomfim, Fernando de Lacerda e José Caetano Machado.

7. Leôncio M. Rodrigues. 1981. “O PCB: os dirigentes e a organização”; em *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, pág. 375.

8. Cabe lembrar que tanto o governo como os insurgentes, ainda acreditavam que outras revoltas, seguidas de guerrilhas rurais poderiam ainda estourar no país, pelo menos até a prisão de Prestes, em março de 1936. Ver John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 33-35.

Enquanto isso, os militares detidos acreditavam que a prisão seria temporária e em breve seriam reincorporados, pois todos os envolvidos nos levantes anteriores (1922, 1924, 1930 e 1932) haviam sido anistiados. Todavia, Vargas e o comando militar mostraram singular intolerância ao tratar com os rebeldes de 1935. Os acusados foram presos, sem direito a *habeas corpus*, e julgados, às pressas, pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), uma instituição de exceção montada para conferir um caráter de legitimidade constitucional à repressão⁹. As expulsões se contaram às centenas, não somente entre praças e cabos, mas também entre sargentos e oficiais. Muitos foram condenados a penas elevadas, de sete, oito ou dez anos de reclusão. No dizer de José Augusto Drummond, “era o fim da tolerância da cúpula militar para com a iniciativa política autônoma da jovem oficialidade”¹⁰.

Na prisão, se iniciou outra etapa na vida destes ex-militares. Apesar de haverem sido expulsos do Exército e reduzidos a duplamente triste condição de “civis” e presos políticos eles mantiveram, vias de regra, o seu espírito elevado, mesmo nas precárias condições encontradas na Casa de Detenção ou de Correção do Rio de Janeiro. Dentro do cárcere, os ex-militares se destacavam dos prisioneiros civis por suas peculiares características identitárias. Como se estivessem em um quartel, os ex-militares acordavam ao toque de alvorada, praticavam seus exercícios físicos e se instruíam na arte militar. Na prisão, eles montaram e controlaram os “coletivos”, espécie de comitês internos encarregados de distribuir igualmente os alimentos e objetos de uso pessoal doados pelos parentes dos presos e pelo Socorro Vermelho Internacional (SVI)¹¹.

No presídio, a maioria dos militares fortaleceu a sua crença no comunismo. Quem não era ainda comunista, provavelmente viria a sê-lo ao sair do presídio, pois os comunistas não aceitavam filiações na cadeia. Como disse Apolônio de Carvalho¹², “a prisão, que nos deveria selar a derrota, será a primeira grande escola brasileira de formação política de esquerda”. De fato, ele foi um dos primeiros a se filiar ao PCB após ser solto, em junho de 1937, pois nesse período levantou-se o regime de exceção e se restabeleceram as garantias constitucionais para dar um clima aparentemente democrático às eleições. Desta forma, os presos sem julgamento (a maioria dos envolvidos nos levantes de novembro de 1935) foram soltos por iniciativa do novo Ministro da Justiça, José Carlos Soares de Macedo, numa hábil manobra jurídica e que ficou conhecida como a “macedada”¹³.

A continuação da luta e o “dilema” comunista

Ainda em 1937, o PCB recebeu a incumbência da III Internacional para fornecer quadros com experiência militar como contribuição para a causa da Espanha republicana, em plena guerra civil desde o fracasso do Golpe de 18 de Julho de 1936. Desde a clandestinidade, o dirigente Roberto Morena selecionou os quadros do PCB ou da ANL dispostos a empreenderem a missão internacionalista. No segundo semestre de 1937, o Partido enviou cinco voluntários para a Espanha: Apolônio de Carvalho, Enéas Jorge de Andrade, Joaquim Silveira dos Santos, David Capistrano da Costa e José Homem Correa de Sá¹⁴.

Posteriormente, Morena sustentou que o Partido não conseguiu cumprir com o objetivo de formar um contingente de 100 voluntários devido às condições e a falta de recursos financeiros¹⁵. Evidente que as condições de funcionamento do Partido eram precárias e que certamente os recursos monetários eram escassos, apesar de que a III Internacional, via “Comitês de Ajuda à Espanha”, partidos comunistas legais ou o SVI, financiava parte da operação. Mas cabe perguntar: porque tão poucos brasileiros chegaram até a Espanha, considerando-se que havia tantos ex-militares de esquerda gravitando próximo ao PCB? Somente no Rio de Janeiro a “macedada” havia soltado 308 presos políticos, em grande parte militares¹⁶.

9. Thais Battibugli. 2000. *A Militância Antifascista: Comunistas Brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, pág. 60-61.

10. José Augusto Drummond. 1986. *O Movimento Tenentista: A Intervenção Política dos Oficiais Jovens 1922-1935*. Rio de Janeiro: Graal, pág. 269.

11. Em seu livro de memórias, Apolônio de Carvalho (1997). *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2 ed., pág. 62 -71) nos oferece um detalhado relato das atividades do grupo militar na prisão.

12. Apolônio de Carvalho. 1997. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2 ed., pág. 63.

13. John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 110.

14. Paulo Roberto Almeida. 1999. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o Fascismo”. *Revista de Sociologia e Política*. Junho, Curitiba: UFPR, Curitiba, págs. 49-51.

15. Paulo Roberto Almeida. 1999. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola:..., ob. cit., pág. 44.

16. Ver John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 110.

Uma hipótese é que, apesar de contar com tantos quadros militares disponíveis, é provável que o Partido tenha colocado em segundo plano a contribuição com a luta na Espanha. Em primeiro lugar, porque os comunistas ainda tinham esperanças de poder reverter o golpe recebido de Vargas. Logo, o Partido tinha, em meados de 1937, duas linhas de atuação. Pela via democrática, o PCB pretendia reativar o frente antifascista, procurando aproximar-se dos grupos oposicionistas “burgueses” que apresentavam suas candidaturas para as eleições de 1938, apoiando finalmente a candidatura de José Américo de Almeida, ex-ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas¹⁷.

A outra opção continuava sendo pelas armas, pois se suscitava ainda a possibilidade da eclosão de uma insurreição contra a instalação de uma ditadura, preparada por Vargas e a cúpula militar. Esta possibilidade era acalentada não somente pelo PCB e a ANL, mas principalmente pelas lideranças regionais oposicionistas, em particular no Rio Grande do Sul, onde o governador José Antônio Flores da Cunha se distanciava cada vez mais de Getúlio Vargas. Obviamente, nem o PCB nem a ANL tinham condições objetivas para iniciar um movimento armado. Todavia, o general Flores da Cunha parecia ter.

Houve então uma curiosa e oportuna aproximação entre Flores da Cunha e os militares do PCB/ANL. No entanto, tal colaboração entre ambos os grupos não se devia a nenhuma simpatia mútua. Muito pelo contrário, pois o governador gaúcho era virulento anticomunista e simpatizante do fascismo; inclusive, segundo o capitão Agildo Barata, comunista e fundador da ANL no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha era responsável por eliminar fisicamente os seus adversários, em especial os comunistas¹⁸. De fato, em 1935, Flores apoiara Vargas na luta contra o comunismo. No entanto, naquela conjuntura específica, seu poder e autonomia regional estavam ameaçados pelo governo Vargas e Flores parecia ser mais pragmático do que anticomunista. Assim, durante 1936-1937, Flores da Cunha passou a apresentar-se como um “democrata”, para poder aproximar-se de outros grupos anti-getulistas, inclusive os comunistas¹⁹.

Pelo lado da esquerda, a justificativa para a aliança com Flores da Cunha tornava-se mais complexa. Ideologicamente ela era quase inexplicável, pois como legitimar a aliança com um “fascista” (como os comunistas consideravam Flores, até pouco tempo atrás) para combater outro (Vargas)? É evidente que tal aproximação extrapolava os limites da frente ampla e popular antifascista. Neste sentido, acreditamos que comunistas e aliancistas atuaram da mesma forma pragmática e oportunista que Flores da Cunha, todavia, com outros objetivos. Podemos dizer que os comunistas apoiaram circunstancialmente Flores da Cunha, mas na esperança de retomarem um espaço de ação política legal perdida com o fechamento da ANL.

O major Carlos da Costa Leite era uma peça chave nesta relação. Revolucionário histórico desde 1922, homem de confiança de Luiz Carlos Prestes, Costa Leite era um conspirador de longa data. Também era um dirigente do PCB e membro da direção nacional da ANL. Foi indiciado como co-autor do movimento insurrecional de novembro de 1935 e, desde então, estava foragido ocultando-se no Uruguai. Contudo, há indícios de que tenha circulado clandestinamente pelo Brasil²⁰. Em carta redigida do exterior, Costa Leite incentivava a aproximação com Flores da Cunha e outros políticos, nos seguintes termos:

Pelo acima exposto e por outros detalhes da situação nacional que vocês ahi conhecem melhor do que eu, entendo: a) que o inimigo nº 1 hoje é Getúlio. b) que não vejo perspectivas imediatas de reiniciarmos a luta armada só com nossos elementos [...] c) que caminham para nossa situação o Pedro Ernesto, que já caiu, o Lima Cavalcanti,

17. Ver John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 123.

18. Agildo Barata. 1978. *Vida de um Revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 2 ed. Pág. 238.

19. Em 30 de janeiro de 1936, um informe enviado ao comando militar por um agente S-2 (serviço secreto do Exército) já dava uma ideia do heterogêneo (e contraditório) grupo reunido em torno de Flores da Cunha: desde integralistas e simpatizantes, passando pelos antigos oficiais revolucionários de 1930, além dos generais Rabelo e Daltro Filho, o coronel Estillac Leal e o major Costa Leite, um comunista. Prontuário de Carlos da Costa Leite Nº 7127, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ).

20. Relatório anônimo, 21/05/1936. Prontuário de Carlos da Costa Leite Nº 7127, APERJ.

o Juracy e o Flores, últimos remanescentes do outubrismo. [...] d) nestas condições, estou para mim convencido de que o Flores não ignora isto, de que não se conformará em cair como uma besta porque, afinal, esta vida não é má... Porque a “democracia” no caso dos sagrados interesses “americanos” exige um supremo sacrifício, e, finalmente, de que a estas alturas estará, já confabulando, desejouso, por certo, de estabelecer um modus vivendi conosco. [...] e) em consequência, devemos procurar esse contato o mais depressa possível, por intermédio da minoria do PRP, e mesmo diretamente com o próprio Flores, com Juracy e Lima Cavalcanti. Que devemos apoiar o movimento, ou pelo menos, não perturbá-lo de nenhum modo. Mesmo que seja estylo 30, actualmente é negócio²¹.

21. Carta de Carlos da Costa Leite (não especifica destinatário) 08/06/1936. Prontuário de Carlos da Costa Leite N°7127, APERJ.

Como podemos observar, os comunistas e aliancistas se propunham a apoiar a criação de uma “frente antigetulista”, inserida na dinâmica da frente ampla. Internamente, esta tática oportunista suscitou um intenso debate entre os diretórios regionais do PCB, pois intentava explicar de modo plausível a guinada à direita para a militância (e talvez a si próprios), dentro dos argumentos do marxismo-leninismo. Portanto, transformou-se o processo eleitoral brasileiro em um desdobramento da “luta anti-imperialista” internacional, onde se identificou Getúlio Vargas como sendo o representante do “imperialismo ítalo-germano-nipônico” e os seus opositoristas como agentes do “imperialismo britânico ou americano”, o que servia para reforçar a ideia de que toda aliança com os opositores de Vargas (galgados ao posto de “democratas” e “antifascistas”) não se desviava da linha do antifascismo²².

22. John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 118.

De fato, os comunistas deram suporte às manobras conspiratórias do general Flores da Cunha. Com esta finalidade se formou um Comitê Militar Revolucionário (CMR) do PCB no Rio Grande do Sul, associado ao grupo de Flores da Cunha. Sua função era ajudar a treinar os Corpos Provisórios, uma espécie de milícia que serviria para enfrentar as tropas do governo central. Participavam do CMR um número não determinado de ex-militares comunistas ou aliancistas, em sua maioria, egressos do cárcere. No entanto, pouco tempo depois, alguns deles (dentre os quais Costa Leite) foram finalmente sentenciados pelo Tribunal de Segurança Nacional, passando a condição de foragidos. Dessa forma, o Rio Grande do Sul, ainda sob Flores da Cunha, se configurou como um espaço de convergência, articulação e resistência política da esquerda militar. No entanto, embora as forças policiais de Flores oferecessem certa cobertura frente a uma possível ação das forças federais, a segurança não era completa. Portanto, figuras facilmente reconhecíveis, como o major Costa Leite ou o capitão Nemo Canabarro Lucas, também circulavam pelo Uruguai e Argentina, aproveitando-se das vastas fronteiras praticamente desguarnecidas e de uma complexa rede de contatos políticos, militares e até mesmo familiares.

Cabe destacar que Costa Leite era também articulador de uma espécie de “*Internacional de la Democracia*” que buscava coordenar conjuntamente as esquerdas brasileiras, uruguaias e argentinas para enfrentar a “*Internacional da la Reacción*”. Nessa extensa carta²³ ao Secretariado Nacional do PCB, emitida em junho de 1936, Costa Leite exortava os camaradas a que lhe enviassem artigos, os quais ele se encarregaria de publicar informando que estava em relação com o jornal “*Crítica*” [Buenos Aires] [que] se comprometera a iniciar uma campanha contra o governo de Vargas. Seu diretor, [Natálio] Botana, chegou informar disso o próprio Vargas”. Arrolava ainda mais “dois semanários de oposições do grupo Battlista, “*Avanza*” e da esquerda nacionalista”, além dos jornais “*Justicia*” do PC uruguaio, semanário “*Unidad*” do SV [SVI], “*Amnistia*” do Comitê Pró-anistia de Presos Políticos e Exilados da América de BS (sic) [Buenos Aires], “*Monde*” também daqui [Montevideo]. Mandem, pois será publicado da melhor maneira possível”. Em outro trecho, Costa Leite informa o deslocamento de seus homens do Uruguai para o Brasil: [...] “há pouco tempo voltou daqui para o Rio Grande o Jorge (ex-alumno do Colégio Militar de Porto Alegre). Por estes dias o Milan. A seguir

23. Carta-relatório de Carlos da Costa Leite ao Secretariado Nacional do PCB, 08/06/1936, Prontuário de Carlos da Costa Leite N°7127, APERJ.

regressarão os demais companheiros que aqui se encontram ainda”²⁴. No ponto final da carta, Costa Leite confirmou a aliança com Flores da Cunha:

24. Idem.

Por portador, fui informado ultimamente de que o Flores [...] esperando a intervenção federal no estado, mandou buscar na prisão Dyonélio Machado e com elle conferenciou dois dias, sobre a attitude da Alliança [ANL] neste caso. Dyonélio disse-lhe que lhe daria todo o seu apoio em troca, apenas da mais absoluta legalidade da ANL no estado, o que elle [Flores] prometeu²⁵.

25. Idem.

A conspiração estava lançada. No Rio Grande do Sul, à frente do semi-clandestino CMR estava o ex-capitão Trifino Correia, revolucionário histórico e ligado a Prestes desde os tempos da Coluna. Em julho ou agosto de 1937, o ex-cadete Delcy Silveira chegou a Porto Alegre, onde contactou o PCB e passou a integrar o comitê, que o colocou como encarregado do “setor militar de base”, isto é, de fazer os contatos entre os subalternos nos quartéis do Exército para preparar uma ação contra o governo Vargas. Embora contassem com a anuência de Flores e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (polícia estadual que lhe servia de exército particular), os conspiradores corriam o risco de serem capturados por agentes federais, onde Flores da Cunha não poderia intervir.

Foi o que ocorreu com o próprio Trifino Correia. Segundo nos conta Delcy Silveira, ele teve de marcar um “encontro” entre Trifino e outro militar veterano da Coluna Prestes. O que nem Delcy nem Trifino sabiam era que este capitão havia passado para o lado do governo, denunciando Trifino, que foi preso, no “ponto” marcado, por oficiais do Exército. Delcy Silveira assistiu à cena, embora sem poder agir fisicamente para impedir a prisão. Porém, ele agiu de outra forma:

Imediatamente comunicamos o fato ao Flores (...) e o Flores mandou um grupo de oficiais da Brigada [polícia militar estadual, ligada ao governador] para ver a possibilidade de libertá-lo. Não foi possível, pois este já se encontrava preso no 7º BC [batalhão de caçadores], uma unidade do Exército²⁶.

26. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

A prisão de Trifino Correia, ocorrida em 5 de outubro de 1937, representou um sério golpe para o CMR. Além do mais, Getúlio Vargas apertou o cerco sobre Flores da Cunha, enviando o general Daltro Filho como executor do Estado-de-Guerra no Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois, Flores renunciava ao cargo de governador e abandonava o país, em direção ao Uruguai, levando consigo alguns correligionários próximos. A precipitada debandada de Flores surpreendeu os seus aliados e conseqüentemente lançou o CMR na ilegalidade absoluta. Mesmo depois da fuga de Flores e da implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, os ex-militares comunistas continuaram as incumbências de organizar uma resistência armada contra o ditador Vargas.

O exílio no Prata

Diante da impossibilidade concreta de luta, o partido recomendou a Delcy Silveira e seus companheiros que se exilassem no exterior, pois estavam sendo procurados. Após algumas dificuldades para deixar a capital gaúcha, vigiada por tropas do exército, os ex-militares atravessaram sub-repticiamente o Rio Grande do Sul em direção ao Uruguai, em cavalos e utilizando caminhos pouco transitados, sendo acompanhados por alguns homens da Brigada Militar, adeptos de Flores, mas que haviam sido deixados para trás. Pouco antes de atravessar a fronteira, os irmãos Silveira conduziram o grupo até Santa Vitória do Palmar, extremo sul do Rio Grande do Sul e nessa região, fronteira com o Uruguai, o pai de Eny e Delcy Silveira tinha uma fazenda. Assim, o grupo passou um tempo na fazenda dos Silveira, onde pode descansar, trocar os cavalos e obter suporte para continuar o trajeto em sua direção ao exílio²⁷.

27. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

28. Delcy Silveira. Entrevista realizada em dezembro de 1999 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistador: Jorge C. Fernández.

29. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

30. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

31. Thais Battibugli. 2000. *A Militância Antifascista: Comunistas Brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, pág. 126.

32. Paulo Roberto Almeida. 1999. "Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o Fascismo". *Revista de Sociologia e Política*. Junho, Curitiba: UFPR, Curitiba, pág. 53.

33. John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 178 e 314.

34. Benjamín Nahúm (org.). 1991. *Colección História Uruguaya 1930-1958: Crisís Política y Recuperación Económica*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, tomo 7, pág. 39.

35. *Crítica*, 08/01/1938. BIBLIOTECA DEL CONGRESO DE LA NACIÓN (BCNBIB), Buenos Aires.

Ao chegar a Montevideo, os exilados brasileiros se dividiram em grupos: o núcleo do ex-governador Flores da Cunha e os comunistas/aliancistas. No Uruguai, o grupo dos exilados de esquerda (civis e militares) passou por necessidades financeiras, contando com a ajuda monetária da família dos irmãos Silveira para sobreviver²⁸. Parece que o PC uruguaio foi responsável pelo alojamento do grupo em uma pequena casa. Eram então, sete pessoas: os tenentes Dinarco Reis, Dinarte Silveira e Nelson de Souza Alves, os irmãos Delcy e Eny Silveira (civil), os irmãos Eurico (civil) e Hermenegildo Assis Brasil e Bolívar Cunha (civil)²⁹. Corria o mês de dezembro de 1937.

Pouco depois entraram em contato com o ex-major Carlos da Costa Leite, com quem passaram a se encontrar num bar de Montevideo. Retomou-se então a idéia de partir para a Espanha, embora ainda pairasse no ar uma possibilidade de luta no Brasil. No Uruguai, já se encontravam Nemo Canabarro Lucas (perto da cidade geminada Rivera-Santana do Livramento) e Homero de Castro Jobim. Também estava exilado em Montevideo o ex-tenente da Aviação Militar, José Gay da Cunha, mas que não convivia muito com os companheiros comunistas, pois era sobrinho de Flores da Cunha e gravitava neste círculo restrito³⁰.

Apesar das diferenças, existia um contato frequente entre os dois grupos, onde talvez Gay da Cunha servisse como elemento de ligação. Ou seja, o grupo do general Flores da Cunha manteve uma linha aberta de comunicação com os comunistas e vice-versa. Segundo um relatório do general Boanerges a Vargas, no início de 1938, houve uma articulação entre Costa Leite e Flores da Cunha para invadir a região de Santana do Livramento a partir do Uruguai³¹. Talvez uma das razões para Nemo Canabarro Lucas estar residindo tão próximo a fronteira, pois segundo Paulo Roberto de Almeida, ele fez parte do Estado Maior do general Flores da Cunha³². Cabe ressaltar também que Canabarro era aliancista e não se filiou ao PCB. Consta que o embaixador do Brasil no Uruguai, João Batista Luzardo, enviava relatórios a Vargas denunciando as atividades subversivas dos ex-majores Alcedo Batista Cavalcanti e Carlos da Costa Leite e do ex-tenente Nemo Canabarro, em associação com Flores da Cunha. Entretanto, as manobras conspiratórias entre ambos os grupos oposicionistas não chegou a superar a fase do planejamento³³.

Nessa época, o Uruguai era governado pelo conservador Gabriel Terra que, apesar de um manto de neutralidade, tanto se mostrava simpático ao fascismo italiano e ao falangismo espanhol quanto a Getúlio Vargas e o Estado Novo³⁴. Portanto, a polícia uruguaia, em cooperação com a polícia política brasileira e a embaixada brasileira em Montevideo, estava apertando o cerco sobre os exilados, em situação irregular no país. Como se observa, já havia um perfil ideológico definido dos "alvos" desta cooperação repressiva: todos aqueles agentes políticos progressistas que "ameaçassem" o *status quo* em função de suas propostas ou pelo suposto acionar revolucionário. Ao ser descoberto o grupo dos militares de esquerda teve de abandonar o Uruguai rapidamente. Somado às perseguições, os exilados ainda tiveram de enfrentar o fracasso das conspirações para derrubar Vargas, pois o próprio Flores da Cunha teve de pedir asilo político na Argentina. Dentre os ex-militares, os mais procurados eram os majores Alcedo Batista Cavalcanti e Carlos da Costa Leite, e os tenentes Nemo Canabarro e Paulo Machado Carrion, os quais partiram para a França no início de 1938, com o objetivo de chegar até a Espanha em guerra.

O restante do grupo dos ex-militares partiu clandestinamente para a Argentina em janeiro de 1938. Como não tinham documentos, a fuga para a Argentina tinha de ser feita pelo rio Paraná, à noite e em pequenos botes a motor, manejados por *baqueanos* ou contrabandistas. O ponto escolhido para a partida era a localidade uruguaia de El Carmelo³⁵.

No madrugada do dia 5 de janeiro de 1938, o bote utilizado por José Gay da Cunha, Homero de Castro Jobim, Nelson de Souza Alves, Duarte Silveira, Delcy e Eny Silveira quebrou e eles foram surpreendidos em águas territoriais argentinas, perto de San Fernando, no rio Paraná de las Palmas, pela *Prefectura General Marítima*³⁶. De acordo com Silveira³⁷, os policiais argentinos pensavam que fossem simples contrabandistas, mas os brasileiros prontamente se revelaram como ex-militares, perseguidos políticos e solicitaram asilo político desconhecendo provavelmente que também já havia uma incipiente colaboração policial entre a ditadura de Getúlio Vargas e a do seu vizinho argentino, o general Agustín Justo³⁸. O fato dos brasileiros serem perseguidos políticos extrapolou sobremaneira a rotineira ocorrência policial, pois tal situação escapava a jurisdição da *Prefectura* e qualquer ação precipitada poderia acarretar em sérias implicações diplomáticas entre ambos os países.

Embora presos, Delcy Silveira lembrava-se que, inicialmente, o grupo até foi bem tratado pela polícia marítima argentina. Graças a um motorista de táxi (que os levou até um quartel escoltado pela polícia), o grupo ganhou publicidade na imprensa argentina.

Durante a viagem falamos com o motorista de taxi e demos nossos nomes, nossos postos e pedimos para ele levar a história a um jornal. Era a nossa maneira de romper com uma prisão ilegal. Aliás, todo revolucionário quando é preso tem que procurar tornar pública a sua prisão, pois ele pode sumir... [...] logo que o jornal [*Crítica*] publicou a notícia da nossa prisão, dois Senadores da República [argentina] vieram nos visitar [...] O senador Bravo e o senador Palácios³⁹.

Porém, durante o tempo que permaneceram no cárcere, em Buenos Aires, os militares brasileiros permaneceram isolados, quase incomunicáveis e sob constantes interrogatórios. Frequentemente eles eram ameaçados de ser deportados ao Brasil, o que provavelmente só não ocorreu pela intervenção da imprensa opositora e de políticos locais. A liberdade dos brasileiros somente veio no dia 25 de janeiro de 1938. Em entrevista coletiva para o jornal *La Vanguardia*, os exilados efetuaram graves denúncias contra a ditadura de Vargas: “Hay en Brasil un régimen de terror [...] llegan a 20.000 las personas detenidas y encarceladas por el gobierno [...] hay campos de concentración [...] donde son internados las mujeres y hijos de los detenidos [...]”⁴⁰. Ainda devido à ação dos senadores opositores Bravo, Ghioldi e Palacios, o grupo conseguiu “asilo temporário”, hospedando-se na capital argentina. Durante a estadia em Buenos Aires, o grupo foi sempre vigiado de perto pela polícia argentina, à pedido da embaixada brasileira, que recebia um memorando detalhado das atividades dos exilados. Houve inclusive um agente policial brasileiro infiltrado no meio dos ex-militares, cujo relatório encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro⁴¹. Entrementes, o grupo organizava a sua viagem a Espanha.

Ainda no mês de janeiro, o grupo de ex-militares teve um último contato com os correligionários de Flores da Cunha. Um dos partícipes desse encontro, em um café bonaerense, foi Delcy Silveira:

Em Buenos Aires fomos procurados pelo Sr. Antonio Flores da Cunha [filho do general] e o Sr. Carlos Bozzano. Não sei por que, pois também se encontrava lá o Gay Cunha que era parente do Flores [...] estava em preparo um golpe contra o governo do Getúlio. O chefe político desse movimento era Otávio Mangabeira [...] o chefe militar era o coronel Euclides Figueiredo [...] eles se prontificaram a pagar nossas despesas para que um de nós fosse ao Rio para conversar com o coronel Figueiredo e receber instruções. Queriam nossa cooperação. Declarei a eles que não tinha responsabilidade política para assumir compromisso, mas os poria em contato com a pessoa que representava o movimento revolucionário brasileiro na Argentina, o jornalista Pedro Mota Lima. Marcamos um novo encontro [...] apresentei-os ao Mota Lima e retirei-me. Nunca fiquei sabendo do resultado da conversa⁴².

36. *Crítica*, 08/01/1938. BCNBIB.

37. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

38. Data desta época a criação das polícias especializadas em “crimes políticos” em ambos os países: a *Sección Especial* da Polícia Federal da Argentina, e a Delegacia Especial de Ordem Político e Social (DESPS e DEOPS) no Brasil.

39. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández. O jornal *Crítica* era um jornal de oposição e progressista, cujo diretor, Natálio Botana, além de apoiar os exilados brasileiros, era um defensor da Espanha Republicana. Os senadores Alfredo Palácios e Mario Bravo eram destacados juristas e políticos argentinos, de idéias progressistas.

40. *La Vanguardia*, 26/01/1938. BCNBIB.

41. Em sua pesquisa de mestrado, o autor teve acesso à documentação da antiga polícia política de Vargas, o DESPS, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Junto a essa documentação há diversos relatórios e memorandos oriundos da polícia argentina que dão conta das atividades de dissidentes brasileiros nesse país, na década de 1930-1940.

42. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

Em outras palavras, Flores da Cunha tentou envolver os ex-militares comunistas com Euclides Figueiredo, um dos mentores do *putsch* integralista, que ocorreu em abril 1938. Mas qual o teor das propostas feitas a Delcy e Pedro Mota Lima? Meses depois, Delcy manifestou aos entrevistadores a vontade de retificar o seu relato sobre o episódio, desde que não fosse gravado e divulgado até depois de sua morte, pois era um “segredo militar”. Segundo ele, a missão proposta aos comunistas (e recusada por estes) era matar o então chefe militar de Getúlio Vargas, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, quando este fosse a Buenos Aires para assistir a posse do Presidente Roberto M. Ortiz. Delcy lembrou que assistiu ao desfile em questão, e encontrou-se a poucos metros do seu possível alvo (Góis Monteiro) vendo-o passar em um carro aberto, junto com o general-presidente argentino Justo. Pensou que o atentado teria sido possível, mas com pouca ou nenhuma chance do autor escapar com vida. A hipótese é factível, pois culpar os comunistas por atos que não haviam cometido era uma prática corriqueira da extrema direita, tanto no Brasil (o famoso “Plano Cohen”, do capitão Olympio Mourão), quanto no exterior (o incêndio do *Reichstag*, na Alemanha).

Entre fevereiro e março de 1938, o grupo dos ex-militares que estava na Argentina foi deixando o país aos poucos, devido a constante vigilância policial. Quando José Gay da Cunha e Hermenegildo de Assis Brasil “desapareceram”, deixando ilegalmente a Argentina em direção a Espanha, Delcy Silveira e outros foram presos e interrogados. Porém, a polícia argentina não tinha como manter legalmente presos os exilados. Uma vez soltos, tiveram de atuar do modo mais sub-reptício possível, despistando a vigilância policial. Tal como seus colegas haviam feito anteriormente, Silveira e seus companheiros foram apresentados à Embaixada da República Espanhola na capital bonaerense, a qual emitiria os documentos necessários para deixar a Argentina. O estratagema consistia em outorgar novas identidades e origens espanholas aos brasileiros. Por exemplo, Silveira se tornou “galego”, para justificar que não falava o espanhol. Conforme ele ironizou, “os passaportes eram verdadeiros, nós é que éramos falsos”⁴³. Dias mais tarde, em posse de passaportes espanhóis, Delcy e Eny Silveira, Dinarco Reis e Nelson de Souza Alves embarcaram no navio polonês *Polaski*. O fizeram separadamente, para não chamar a atenção. Dessa forma puseram-se a caminho da Espanha, onde finalmente empunhariam as armas contra o fascismo, junto com outros brasileiros, permanecendo até a queda da Catalunha, em fevereiro de 1939.

43. Delcy Silveira. Série de entrevistas realizadas entre agosto e setembro de 2001 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández.

O fim da Guerra da Espanha e a busca por novas frentes de lutas

Em março de 1939, depois da derrota republicana, alguns milhares de combatentes republicanos, espanhóis e internacionais permaneceram confinados, conjuntamente com refugiados civis, nos campos de concentração franceses em Argelés sur Mer, Gurs, Le Vernet, Barcarés, Le Boulou, Agde, Bram, Arlés sur Tech, Prats de Mollo, Collioure e Saint Cyprien⁴⁴. Especialmente no campo de Gurs foram concentrados aqueles refugiados sem chances de repatriamento, entre eles muitos antifascistas alemães e italianos, bem como judeus e parte do pequeno contingente brasileiro, inicialmente concentrado em Argelés sur Mer. O grupo dos ex-militares brasileiros havia decidido em assembleia que aqueles que não tivessem inquérito no Brasil tentassem regressar. Foi o que fizeram cinco dos voluntários, auxiliados pelo antigo encarregado de negócios da Embaixada brasileira na Espanha republicana, Carlos da Silveira Martins Ramos. Os repatriados foram: os irmãos Delcy e Eny Silveira, Homero de Castro Jobim, Nemo Canabarro Lucas e Nelson de Souza Alves. Ao chegar, estavam sendo esperados por um “comitê de recepção”: a polícia política de Vargas⁴⁵. Isto é, paralelamente havia sido enviada uma lista com alguns dos nomes dos cidadãos brasileiros que haviam combatido na Espanha e que estavam reclusos na França. Portanto, a polícia brasileira estava vigiando os portos desde meados de março de 1939, ciente de que os brasileiros poderiam tentar o regresso ao país⁴⁶.

44. Dora Schwarzstein. 2001. *Entre Franco y Perón: Memoria e Identidad del Exilio Español en Argentina*. Barcelona: Crítica, pág. 5-11.

45. Delcy Silveira. Entrevista realizada em dezembro de 1996 em Porto Alegre, Brasil. Entrevistadores: Jorge C. Fernández e Carlos Goraieb.

46. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP). Esta lista foi anexada aos prontuários dos brasileiros nos arquivos do DEOPS de São Paulo e DESPS do Rio de Janeiro. Em muitos casos, é o único documento que consta no prontuário, o que indica que para ser fichado bastava haver feito parte das *Brigadas Internacionais a serviço da Espanha republicana*.

Para os brasileiros que ficaram nos campos de prisioneiros franceses, a situação também não seria muito favorável, em função dos acontecimentos internacionais e seus desdobramentos. Em 23 de agosto de 1939, Stalin surpreendeu a esquerda ao assinar um pacto de não agressão com a Alemanha de Hitler, sepultando a tática do antifascismo. Em 1º de setembro de 1939, apenas seis meses após a derrota da República Espanhola, teve início a Segunda Guerra Mundial. Os exércitos de Hitler e Stalin ocuparam a Polônia, e os alemães, com as costas cobertas, lançaram-se à ofensiva contra as democracias ocidentais. O Partido Comunista da França (PCF), dividido e confuso, decidiu apoiar o pacto nazi-soviético e manter a fidelidade a URSS, o que o levou a ser tornado ilegal pelo governo francês. A ilegalidade dos comunistas foi sentida pelos internos de Gurs e outros campos, que deixaram de receber o apoio material das organizações paralelas ao PCF, também tornadas ilegais, o que piorou consideravelmente a situação dos prisioneiros⁴⁷.

47. Apolônio de Carvalho. 1997. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2 ed., pág. 137.

O governo francês havia recorrido aos ex-combatentes da República Espanhola, apelando para que se somassem à defesa armada da França, sem muito resultado. Entretanto, alguns ex-combatentes da Espanha haviam-se incorporado às Companhias de Trabalho paramilitares que preparavam as linhas de fortificações, entre eles alguns brasileiros, como Dinarco Reis, David Capistrano da Costa, Hermenegildo de Assis Brasil e Joaquim Silveira dos Santos. Derrotado o Exército francês foram desmobilizados também. Com a invasão da França, alguns dos ex-combatentes da Espanha decidiram aproveitar o caos reinante e fugir, e Carvalho foi um deles. Por outro lado, Carvalho, em contato com o consulado brasileiro de Marselha (onde tinha amizades), conseguiu a libertação de vários internacionais presos em Gurs, entre eles o seu antigo comandante Carlos da Costa Leite. Graças à intervenção de Apolônio de Carvalho perante o consulado brasileiro, Dinarco Reis, David Capistrano da Costa, Carlos da Costa Leite e Joaquim Silveira dos Santos puderam embarcar, em momentos diferentes, para o Uruguai ou a Argentina. Contudo, o próprio Carvalho preferiu ficar na França a ter de enfrentar as prisões brasileiras⁴⁸. Hermenegildo de Assis Brasil não retornou ao lar, pois faleceu de septicemia em Paris. José Homem Correa de Sá e José Gay da Cunha também conseguiram abandonar a França e partiram em direção a Buenos Aires, um antigo reduto dos exilados políticos brasileiros.

48. Apolônio de Carvalho. 1997. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2 ed., pág. 143.

Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados em 1942, os veteranos brasileiros exilados na Argentina ou no Uruguai julgaram que o momento seria propício para voltar ao país. Mal ou não informados da repressão que Vargas ainda empreendia contra os comunistas no Brasil, talvez acreditaram que Vargas estaria disposto a aceitá-los como “aliados”. A manobra dos antigos combatentes antifascistas coincidia também com a postura adotada pela URSS no plano internacional em relação à sua participação no campo aliado.

Assim, em abril de 1942, em Buenos Aires, membros exilados do PCB e da Internacional Comunista se reuniram e traçaram a linha da “União Nacional em torno de Vargas para a defesa do Brasil”. Entre eles, Costa Leite⁴⁹. Em entrevista ao jornal *La Razón* de Montevideo, Carlos da Costa Leite fez uma defesa das instituições nacionais e da posição assumida pelo governo Vargas frente ao nazismo. Costa Leite confirmou a recente aceitação pelos comunistas do governo Vargas e sua nova linha política “antifascista”:

49. John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 229-230.

Es una posición justa y patriótica, de plena conformidad con los imperativos de la defensa nacional y continental. Por eso mismo, ya hemos declarado varias veces que estaríamos dispuestos a ocupar el puesto que nos fuera asignado en la defensa de la patria [...] por la unión nacional en defensa del Brasil y para que el nazi-fascismo sea exterminado definitivamente en 1942, estaríamos dispuestos a cualquier sacrificio⁵⁰.

50. *La Razón*, Montevideo, 08/06/1942. In: Prontuario nº 7127 Carlos da Costa Leite, APERJ

Por último, ressaltou que para haver uma autêntica “união nacional” o governo deveria libertar os antifascistas ainda presos no Brasil. Nas suas declarações sobre o Exército brasileiro, Costa Leite não somente reafirmou a sua antiga identidade e orgulho militar, como também repetia a tese da “tradição democrática do exército brasileiro”, chancelada por Prestes:

Tengo por el ejército brasileño, en cuyas filas formé mi espíritu de ciudadano y patriota, un gran afecto y profunda admiración. Por lo demás, nuestras fuerzas armadas tienen un brillante pasado y una magnífica tradición democrática, que constituyen la mayor garantía de la unión nacional brasileña y de la defensa de la patria y del continente⁵¹.

51. *La Razón*, Montevideo, 08/06/1942. In: Prontuário nº 7127 Carlos da Costa Leite, APERJ

Independente do grau de adesão ao comunismo, o nacionalismo continuava impregnando a base da formação dos ex-militares. Nemo Canabarro Lucas que era antifascista e não comunista declarou a um jornal os motivos que o levaram a empreender tantas lutas:

Tenho participado de revoluções no Brasil e guerras estrangeiras, como as do Chaco e a Espanha, levado pela compreensão e pelos sentimentos que me fizeram pela primeira vez tomar armas ao lado da nação em 1930. Estive na Espanha combatendo pela independência do povo hespanhol, com o mesmo espírito que de 1932 a 1934 estive no Chaco, lutando pela independência do Paraguai, ameaçado de desaparecer como nação. E não me arrependo.⁵²

52. *A Nota*, 21/04/1939. Prontuário nº 2492 de Nemo Canabarro Lucas, APERJ. Em seu “Auto de Qualificação” da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Canabarro Lucas declarou: “que resolveu aperfeiçoar conhecimentos militares na Espanha (...) uma guerra civil que se tornara uma guerra de independência nacional do povo espanhol, dada a presença de tropas estrangeiras”.

Possivelmente, ele pretendia demonstrar que não era necessário ser comunista para lutar pela causa da Espanha Republicana. Entretanto, talvez Canabarro também fizesse estas declarações para evitar perseguições e a indesejável pecha de “comunista”, altamente discriminatória naqueles tempos. Afinal de contas, havia sido detido e fichado pela polícia em março de 1939, quando da sua chegada ao Brasil. Mas não podemos desprezar o fato de que ele realmente não havia se filiado ao PC (nem no Brasil, nem na Espanha) e que os próprios comunistas não o consideravam sequer “simpatizante”, apenas antifascista.

53. John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 235.

54. Carta ao Povo e ao Governo do Brasil, desde Rivera, Uruguai, 09/09/1942. Prontuário nº 7127 Carlos da Costa Leite, APERJ.

55. John W. F. Dulles. 1985. *O Comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pág. 235-236.

Quase todos os ex-militares brasileiros voluntários na Espanha tentaram lutar pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial, mas nenhum conseguiu. Eram homens politicamente marcados. Delcy Silveira e Homero de Castro Jobim se apresentaram no QG do III Exército em Porto Alegre, sem sucesso⁵³. O grupo de Costa Leite, no Uruguai, concretizou o seu oferecimento ao governo brasileiro, em setembro de 1942. Numa carta enviada do Uruguai, o grupo expressou o seu desejo de reconciliação política com o governo e de regressar ao Brasil, além de “reintegrar-se nas forças armadas para recomençar o interrompido combate contra o nazi-fascismo”⁵⁴. Na fronteira, a recepção do grupo pelo governo não poderia ser pior: todos foram presos para cumprir os mandados judiciais pendentes desde os idos de 1935⁵⁵. A anistia somente lhes chegaria em abril de 1945.

Considerações Finais

Depois da Segunda Guerra Mundial, nem todos os ex-combatentes brasileiros continuaram a seguir a linha do partido. O PCB enfrentou fortes dissidências e fraturas durante e depois da guerra mundial, estando inclusive a ponto de ser dissolvido.

Em momentos diferentes, Costa Leite, Correa de Sá, Delcy Silveira, Apolônio de Carvalho e outros abandonaram o PCB. Alguns o fizeram por motivos de índole pessoal, mas a maioria o fez devido ao sectarismo dominante no partido, a intolerância de alguns dirigentes e, principalmente, pela falta de democracia interna⁵⁶. No entanto,

56. Thais Battibugli. 2000. *A Militância Antifascista: Comunistas Brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, pág. 190.

não renunciaram a sua postura de esquerda, ao seu nacionalismo militante, aos seus anseios democráticos e de justiça social.

Com a anistia concedida em 1945, dois deles recuperaram a patente e a condição militar: Carlos da Costa Leite, em 1951, e Nemo Canabarro Lucas, em 1950⁵⁷. Depois do golpe de 31 de março de 1964, uma nova onda repressiva recaiu sobre os militares de esquerda, pois alguns desses ex-combatentes estavam ativos na militância política da esquerda naquele período. David Capistrano da Costa, membro do Comitê Central do PCB, foi detido na fronteira com a Argentina, vindo da Tchecoslováquia e se encontra oficialmente na lista de “desaparecidos” por ação dos grupos de repressão militar no Brasil⁵⁸. Apolônio de Carvalho esteve diretamente envolvido com a luta armada. Foi membro fundador e secretário geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das tantas dissidências que fragmentaram a esquerda brasileira envolvida em uma desesperada luta de guerrilhas contra a ditadura. Preso e torturado foi “banido” junto com outros presos políticos para a Argélia, em troca da vida do diplomata suíço Enrico Bücher, sequestrado pela guerrilha em 1970⁵⁹. Correa de Sá foi preso duas vezes durante a ditadura. Dinarco Reis teve de se exilar para escapar da repressão e talvez da morte. José Gay da Cunha foi preso em 1975 acusado de estar reorganizando o PCB em Porto Alegre⁶⁰. Eram os custos elevados de vidas dedicadas à militância política.

No bojo do processo de democratização e a anistia geral obtida com a promulgação da Carta Constituinte de 1988, os últimos remanescentes vivos daquela geração de militares rebeldes dos idos de 1935 conseguiram tardiamente que o Estado brasileiro reconhecesse os seus direitos. Foram reincorporados, como reserva, às Forças Armadas, compensando simbólica e materialmente parte das suas vidas que haviam sido subtraídas ao longo das décadas anteriores. E não apenas pelas diversas ditaduras, mas também pelas “democracias incompletas” que entremearam esses períodos discricionários.

Dentre os reincorporados estava nosso entrevistado, Delcy Silveira, outrora cadete-aviador da Escola de Aviação Militar do Exército Brasileiro, expulso em dezembro de 1935, e que passava estranhamente a ser coronel reformado da Força Aérea Brasileira, instituição a qual nunca pertencera e que era inexistente em 1935. De qualquer forma, o reconhecimento oficial, mesmo após 53 anos, significou também uma restituição de parte da sua identidade fraturada. Silveira, cuja infância e juventude haviam sido forjadas no Exército, e quem nunca havia deixado de sentir-se um soldado profissional, agora podia se proclamar abertamente como tal e ser reconhecido publicamente e até por seus pares atuais, mesmo que contrariados: Delcy Silveira, militar, nacionalista e comunista.

57. Prontuário nº 2492 de Nemo Canabarro Lucas, Prontuário nº 7127 Carlos da Costa Leite, APERJ.

58. Jacob Gorender. 1987. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas a Luta Armada*. São Paulo: Ática, pág. 233.

59. Apolônio de Carvalho. 1997. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2 ed., pág. 200.

60. Thais Battibugli. 2000. *A Militância Antifascista: Comunistas Brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, pág. 201.

Anexos



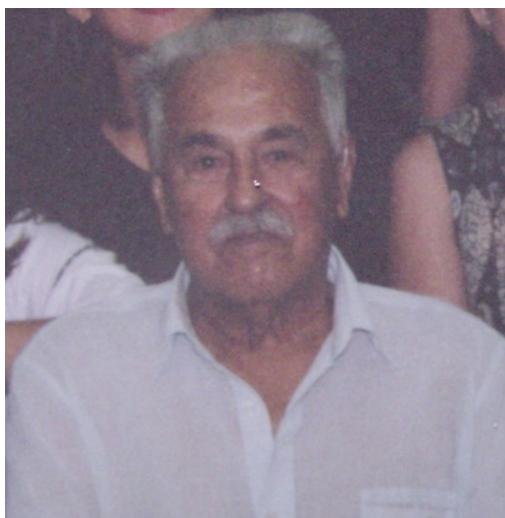
1. Em 30 de novembro de 1935 o cadete-aviador Delcy Silveira posa junto a um avião Waco de treinamento na Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, três dias depois do levante na própria Escola de Aviação Militar. Silveira seria denunciado por conspiração, preso e expulso do exército apenas poucos dias depois desta foto. Acervo da Família Silveira.



2. Em Buenos Aires, após liberados do cárcere, os militares brasileiros exilados posam para o jornal *La Vanguardia*, em janeiro de 1938. De direita à esquerda: não identificado; os irmãos Ery Silveira e Delcy Silveira; Homero de Castro Jobim; não identificado; José Gay da Cunha; não identificado. Acervo BIBLIOTECA DEL CONGRESO DE LA NACIÓN (BCNBIB), Buenos Aires.



3. Os irmãos Delcy (à esquerda) e Eny Silveira, tenentes das Brigadas Internacionais do exército republicano espanhol, em outubro(?) de 1938. Tais imagens constam na Ficha Padrão de repatriamento dos combatentes estrangeiros, exigida pela Sociedade das Nações e emitida pelo Comissariado de Guerra das Brigadas Internacionais. Acervo Arquivos da Internacional Comunista, microfilme nº 10, no ARQUIVO EDGAR LEUENROTH (AEL/ Unicamp – Campinas).



4. Delcy Silveira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em novembro de 1996, Porto Alegre, em uma atividade acadêmica de rememoração dos 60 anos da Guerra Civil Espanhola. Acervo do autor.

